

# Governo quer enquadramento legislativo amigo das fintech

**O ministro Adjunto alertou para a necessidade de criar um enquadramento regulatório e fiscal favorável à actividade das fintech em Portugal.**

A emergência de novos modelos de negócio e soluções inovadoras pela mão das fintech é uma oportunidade que Portugal não deve deixar escapar. Para Pedro Siza Vieira, o país deve criar um enquadramento legislativo e fiscal favorável a estas novas iniciativas, permitindo a inovação e a criação de novos negócios.

“Temos de tornar o nosso enquadramento legislativo favorável a estas novas iniciativas”, argumentou o ministro Adjunto, no discurso de encerramento da conferência organizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), dedicada ao tema das fintech e do desenvolvimento do mercado. Numa mensagem directa ao regulador, o governante apelou à adopção de um regime regulatório mais direccionado para estas novas empresas que estão a surgir, actualizando o quadro do governo societário que “é do século passado”.

Mas, além da legislação mais favorável às fintech, Siza Vieira mostrou ainda abertura para um quadro fiscal amigo destas novas empresas inovadoras. Questionado pelo Negócios à margem da conferência sobre a existência de medidas concretas no Orçamento do Estado para 2019, o ministro adiantou que não serão anunciadas medidas já este ano, mas garantiu haver abertura para discutir com as entidades do sector estes estímulos fiscais.

Na semana em que se confirmou que a Web Summit fica em Lisboa por mais dez anos, Siza Vieira garantiu que este evento traz “oportunidades significativas de contacto entre entidades nacionais e investidores internacionais”.

## Menos custos, maior flexibilidade

Além das oportunidades ao nível da criação de novos modelos de negócio, poderão ser também estas novas empresas a dinamizar o mercado de capitais. “As empresas mais inovadoras e mais disruptivas, que têm feito maior sucesso, fizeram todas o caminho para o mercado de capitais” e as empresas europeias estão a seguir o exemplo de grandes empresas norte-americanas, como o Facebook ou o Google, realçou Isabel Ucha, membro do Conselho de Administração da Euronext.

Apesar de a Farfetch ter escolhido os EUA para se estrear no mercado de capitais, a responsável realça que nem todas as empresas que estão a nascer irão dispersar capital do outro lado do Atlântico. E Portugal poderá ser uma das praças escolhidas pelas fintech para cotar em bolsa.

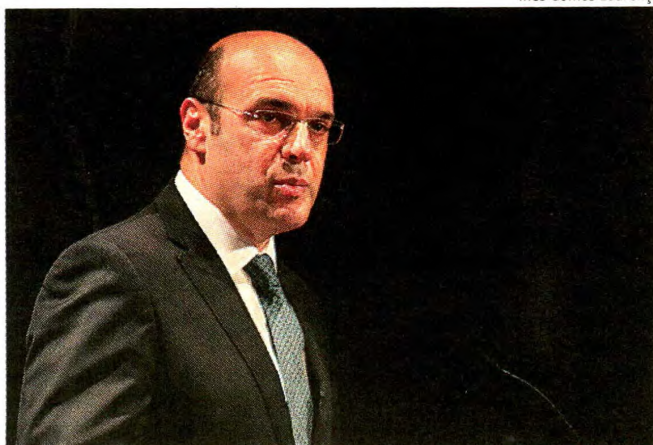
A Omniflow poderá ser uma dessas empresas. De acordo com Pedro Ruão, fundador e CEO des-

ta empresa, a realização de um IPO num dos segmentos da bolsa de Lisboa é uma das possibilidades que está a ser equacionada pela empresa para reforçar o seu capital. “Estamos a analisar a possibilidade de um IPO. Possivelmente será uma opção no futuro”, garantiu o responsável, adiantando que a recente estreia da Raíze na bolsa de Lisboa serviu de inspiração.

Para Abel Sequeira Ferreira, director executivo da AEM, para contrariar a tendência de quebra do número de empresas em bolsa é necessário reduzir os custos associados ao financiamento pelo mercado de capitais, bem como aligeirar as exigências regulatórias para as empresas de menor dimensão. Já Juliano Ferreira, director do departamento de emitentes da CMVM, defendeu que é preciso “procurar simplificar, eliminar redundâncias e regular para investidores não desrespeitando os emitentes”. Até porque sem emitentes não há mercado de capitais. ■

PATRICIA ABREU

Inês Gomes Lourenço



Siza Vieira disse que há abertura para discutir estímulos fiscais para as fintech.